

A Resolução 3.988 e Metas de Capital

Para estarem em conformidade com a Resolução 3.988, até o final de 2.012, as instituições financeiras deverão implantar as suas estruturas de gerenciamento de capital. De acordo com as diretrizes delineadas pelo normativo, a gestão deve ser entendida como um processo contínuo que objetiva o monitoramento, o controle e o planejamento do capital a ser conservado para fazer face aos riscos incorridos e atender aos objetivos estratégicos.

Ainda sob o ponto de vista regulatório, a resolução faz coro às regras mais restritivas de Basileia III, no que tange aos índices de adequação de capital e aos níveis mínimos para a liquidez de curto prazo e estrutural. Domesticamente, algumas tendências devem ser consideradas, como a redução das margens das operações de intermediação e o acirramento competitivo. O desdobramento desses vetores representará uma maior dificuldade para obtenção de taxas de retorno elevadas, o que forçará uma revisão dos modelos de negócios e da dinâmica dos processos e sistemas.

Os debates sobre os impactos do arcabouço prudencial sobre o futuro da atividade financeira sinalizam uma redução do mercado de securitização e menor espaço para modelos de negócios baseados na "originação e distribuição". Há também uma percepção de que haverá uma migração das operações de derivativos realizadas no mercado de balcão para as registradas em contrapartes centrais. O volume das operações de *trading*, principalmente com ativos de baixa liquidez e maior risco, deverá também se reduzir. Por fim, a maior rigidez regulatória criará incentivos para a desintermediação financeira, com o consequente aumento da presença dos setores não regulados.

Em um contexto de elevação dos custos de observância regulatória, de maiores gastos com tecnologia de informação e para a geração de relatórios, o tema eficiência operacional será cada vez mais mandatório. Dessa forma, a capacidade de contabilizar de forma eficiente e integrada as variáveis risco, capital e liquidez na tomada de decisão deverá se traduzir em vantagem competitiva. Para tanto, os algoritmos utilizados na precificação das operações deverão ser revistos e aprimorados com a incorporação da avaliação de risco na alocação de capital entre as linhas de produtos e negócios.

Com o objetivo de vislumbrar as ameaças e de antecipar eventuais necessidades de capital por causa de uma deterioração abrupta das condições de mercado, essa nova orientação traz efeitos significativos no planejamento estratégico e requer a mudança de hábitos e culturas. Como, por exemplo, na ênfase exagerada dada aos resultados trimestrais e as formas de incentivo e de avaliação, desconexos das avaliações de risco, liquidez e capital alocado.

Regulação

CMN/Resolução 4.150 - Fundo garantidor do setor cooperativo

CMN/Resolução 4.151 - Balancete combinado do sistema cooperativo

CMN/Resolução 4.152 - Aprimoramento do conceito de microcrédito

CMN/Resolução 4.153 - Operações de crédito à microempreendedores

BACEN/Circular 3.613 - Dedução do compulsório sobre depósitos a prazo

BACEN/Circular 3.614 - Mecanismos de acompanhamento de LCIs

Meta de capital para as instituições financeiras



Esses temas passam a ser fundamentais no desenho da governança corporativa e na condução e monitoramento dos negócios.

O ponto nevrálgico para a gestão de capital será a ponderação mais adequada entre o volume desejado e o apetite de risco das instituições. Não se deve também perder de vista que os novos contornos da indústria bancária implicarão não só em um maior volume de capital, mas também em uma melhoria na qualidade do mesmo, com a sua composição cada vez mais baseada nas ações ordinárias e na retenção de lucros. As avaliações e considerações da adequação do capital deverão ser feitas com base em fatores externos e internos.

Sob o ponto de vista econômico, as instituições deverão avaliar o capital necessário para cobrir os riscos incorridos e calculá-lo por meio de modelos estatísticos. Além de estarem em conformidade com os órgãos reguladores, as instituições precisarão levar em conta a perspectiva das agências de *rating*, manter a sua credibilidade frente aos investidores e clientes e ganhar terreno frente aos seus competidores.

Resumindo, para enfrentar o desafio de se adequarem a um novo equilíbrio com margens menores e a buscarem ativos com maior rentabilidade e maior risco, as instituições financeiras deverão definir o nível de capital que possa acomodar as expectativas dos seus *shareholders*, credores e reguladores e, simultaneamente assegurar que os produtos e linhas de negócios para os quais o capital for alocado sejam competitivos.

Leituras Sugeridas e Destaques

Grande demais para administrar

O futuro da intermediação financeira e da regulação

ABBC - Nota de Crédito (Set./12)

IV Fórum sobre Inclusão Financeira

Gestão integrada do balanço: uma visão atual

Banco Central - Indicadores das condições de crédito

Resolução 4.150 - Fundo garantidor do setor cooperativo

A resolução estabelece requisitos e parâmetros mínimos para o funcionamento de um fundo garantidor para as cooperativas singulares de crédito e para os bancos cooperativos. O fundo deverá ser constituído na forma de entidade privada sem fins lucrativos e terá como associados as cooperativas singulares de crédito que captam recursos de seus associados e os bancos cooperativos. Uma vez associados ao novo fundo, os bancos cooperativos serão desfiliaados do FGC. O objetivo do novo fundo é garantir créditos de clientes das entidades do sistema cooperativista e realizar operações de assistência e suporte financeiro com estas instituições.

[Clique aqui para ler a resolução 4.150/12.](#)

Resolução 4.151 - Balancete combinado do sistema cooperativo

A resolução obriga os bancos cooperativos, as confederações de crédito e as cooperativas centrais de crédito a elaborarem e remeterem, trimestralmente, ao Banco Central do Brasil o Balancete Combinado do Sistema Cooperativo, a partir da data-base de 30 de junho de 2013. Esse balancete deve ser elaborado para os seguintes níveis de combinação contábil: (I) cooperativa central de crédito, incluindo o patrimônio das cooperativas singulares de crédito filiadas; (II) confederação de crédito, incluindo o patrimônio das cooperativas centrais de crédito e cooperativas singulares de crédito integrantes do respectivo sistema; e (III) banco cooperativo, incluindo o patrimônio das cooperativas centrais de crédito e cooperativas singulares de crédito integrantes do respectivo sistema. O documento deve ser elaborado com base em informações financeiras das instituições integrantes do sistema cooperativo ao qual se refere, como se esse sistema representasse uma única entidade econômica.

[Clique aqui para ler a resolução 4.151/12.](#)

Resolução 4.152 - Aprimoramento do conceito de microcrédito

A resolução aprimora o conceito das operações de microcrédito. Serão classificadas como microcrédito as operações de crédito com as seguintes características: (I) feitas com empreendedor urbano ou rural, seja ele pessoa física ou jurídica, por meio do uso de qualquer fonte de recursos; (II) realizadas aplicando-se metodologia específica e equipe especializada que acompanha a operação no local onde a atividade econômica do tomador do empréstimo é realizada, o que garante maior probabilidade de sucesso para a operação; e (III) limitadas a um valor total de endividamento do tomador de recursos do microcrédito que será de até três vezes o valor do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do ano anterior ao da contratação do empréstimo. Por esta metodologia, o limite atual é de R\$ 67.750,00.

Segundo o Banco Central, o conceito anterior de microcrédito era genérico e estava atrelado às operações feitas para o cumprimento de direcionamento obrigatório de recursos. Já o novo permite ampliar o conhecimento sobre o mercado de microcrédito, incentivar a realização de operações inspiradas nas melhores práticas internacionais, bem como aprimorar a regulamentação, o monitoramento e a fiscalização dessas operações.

[Clique aqui para ler a resolução 4.152/12.](#)

Resolução 4.153 - Operações de crédito à microempreendedores

A resolução altera as regras relacionadas às operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. O limite do teto de saldo devedor dos microempreendedores beneficiados por essas operações foi alterado de R\$ 20 mil para R\$ 40 mil. Segundo o Banco Central, o normativo permite que as captações de recursos do direcionamento das cooperativas de crédito e das sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte possam ser feitas diretamente por meio da concessão de uma operação de crédito de instituições bancárias. Outra mudança é que, a partir de julho de 2013, as operações com atraso de sessenta dias ou mais não poderão mais ser computadas para o cumprimento da exigibilidade de aplicação nessas operações.

[Clique aqui para ler a resolução 4.153/12.](#)

Circular 3.613 - Dedução do compulsório sobre depósitos a prazo

A circular faz alterações nos critérios que definem o tipo de instituição cuja venda de carteiras de crédito pode ser deduzida do recolhimento de depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo. Pela nova regra, agora são consideradas elegíveis as instituições vendedoras que atendam cumulativamente os seguintes requisitos: (I) Patrimônio de Referência – Nível 1 inferior a R\$ 3,5 bilhões em junho de 2012, (II) a relação entre o somatório das operações de crédito, arrendamento mercantil e das coobrigações por cessões de créditos e o total de ativos acrescido destas coobrigações deve superar a 20% e (III) a relação entre a soma dos depósitos a prazo e Obrigações por Emissão de Letras Financeiras sobre o total dos passivos acrescido do resultado de exercícios futuros deve superar 20%. Além da atualização do valor do patrimônio de referência, acrescentou-se ao numerador do terceiro critério de elegibilidade da regra o estoque de emissão de letras financeiras.

[Para ler a circular, clique aqui.](#)

Circular 3.614 - Aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento de LCIs

A circular dispõe sobre as condições de emissão das Letras de Crédito Imobiliário (LCIs). Para o Banco Central, o normativo aperfeiçoa os mecanismos de acompanhamento das emissões das LCIs e dos créditos usados para lastrear esses ativos. Os ativos usados como lastro das LCIs serão classificados como: financiamentos habitacionais contratados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bens imóveis; outros financiamentos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bens imóveis; empréstimos a pessoas físicas garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bens imóveis; e outros empréstimos e financiamentos garantidos por hipotecas.

A alteração na forma de registro das LCIs entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. No caso dos títulos emitidos antes desta data, as instituições financeiras terão até 28 de junho de 2013 para ajustar a forma de registro. A circular prevê também a possibilidade de emissão LCIs pelos bancos de investimentos.

[Para ler a circular, clique aqui.](#)

LEITURAS SUGERIDAS

Grande demais para administrar

Simon Johnson repercute em seu artigo o atual tamanho dos bancos nos EUA. O debate desse tema surge como um desdobramento da crise de 2007/2008, quando os grandes bancos se colocaram como fontes de preocupação para os contribuintes. Ao longo destes últimos anos muitas propostas de regulamentação foram trazidas aos diagnósticos e o debate se estendeu para várias jurisdições. No trabalho Johnson relata que pouco foi feito e que os perigos aumentaram. Segundo ele, a complexidade dos bancos, mais do que seu tamanho, é que dificulta a sua gestão. Por isso as soluções passariam pela simplificação, mesmo conhecendo-se as potenciais perdas de produtividade. As propostas apontam nesse sentido: separação entre as atividades de banco comercial e as de corretagem, e contenção de passivos que não sejam depósitos, com a paulatina reconversão da preferência por empréstimos dirigidos a pessoas físicas e pequenas empresas. Nesse desenho, o mercado de capitais faria o restante, grandes projetos e grandes empresas nele encontrariam o atendimento para as suas demandas, com os instrumentos e produtos com os quais já tem intimidade.

[Clique aqui para ler na íntegra.](#)

Simon Johnson – Ex- economista-chefe do FMI, professor da MIT Sloan e membro sênior do Instituto Peterson para Economia Internacional. Copyright: Project Syndicate, 2012. Artigo publicado no jornal Valor Econômico em 26/10/2012.

O futuro da intermediação financeira e da regulação

Em recente discurso, Stephen Cecchetti (Conselheiro Econômico e Chefe do Departamento Econômico e Monetário do BIS) discorre sobre suas perspectivas acerca do futuro da intermediação financeira e da regulação. Cecchetti afirma que toda a regulamentação financeira é destinada a reduzir os riscos sistêmicos, ou em outras palavras é macroprudencial. E que todos os requisitos de capital e liquidez devem ser calibrados a partir da perspectiva de estabilidade. Para atender esses requisitos, destaca que: o sistema financeiro como um todo seja capaz de suportar a quebra de uma instituição; as instituições financeiras negociem derivativos por meio de contrapartes centrais; as inovações financeiras devam ser testadas e certificadas antes que sejam adotadas; ainda que seja sensível ao risco, a regulamentação de capital deve ser simples e cada instituição financeira deva ter uma restrição de alavancagem que funcione como uma barreira.

[Clique aqui para ler na íntegra.](#)

Discurso de Stephen Cecchetti (Conselheiro Econômico e Chefe do Departamento Econômico e Monetário do BIS) na Conferência do Sistema Europeu de Bancos Centrais do grupo de pesquisadores sobre a regulação macroprudencial em 30 de outubro de 2012 em Frankfurt, Alemanha. Tradução e adaptação realizada pela Assessoria Econômica da ABBC - Associação Brasileira de Bancos.

IV Fórum sobre Inclusão Financeira

A ABBC foi co-patrocinadora do IV Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, realizado pelo Banco Central do Brasil e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. O evento teve lugar em Porto Alegre, ao final do mês de outubro, e contou ainda com a participação da Organização das Cooperativas Brasileiras, da Federação Brasileira de Bancos e o Banco de Desenvolvimento da América Latina.

O debate sobre inclusão financeira serviu para descortinar novas perspectivas para os seus objetivos, especialmente com o concurso de novos instrumentos tecnológicos e institucionais. Foi oportunidade também para a realização de um balanço sobre os progressos ocorridos desde a abertura dessa nova fronteira de aperfeiçoamento do sistema financeiro brasileiro. Foi destacado o fato de que hoje todos os municípios brasileiros são atendidos por serviços bancários, onde tanto o número de clientes quanto o volume de crédito veem crescendo a taxas elevadas.

É expressiva a clientela de baixa renda, aí incluídos os micros e pequenos empresários, que hoje já fazem parte do sistema financeiro nacional. Estimou-se que entre 2002 e 2011 o número de clientes bancários passou de 87 para 174 milhões, número esse que foi analisado no quadro em que dezenas de milhões de brasileiros foram incorporados à classe média e outros tantos deixaram a zona de pobreza.

As possibilidades de o cooperativismo desbravar novos vetores regionais foram tema de importantes pronunciamentos. Teve destaque, pela voz do Presidente Alexandre Tombini, a recente expansão do setor cooperativista de crédito e o lançamento do “Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito”, que nos moldes do FGC, criará uma rede nacional de proteção ao sistema. Ainda em seu discurso Tombini historiou as ações concretas desenvolvidas para o aprofundamento da inclusão financeira, no âmbito do microcrédito, no ambiente institucional, na adoção dos pagamentos móveis, na questão dos correspondentes e dependências bancárias, da educação financeira, dos direitos e deveres do consumidor e no acompanhamento dos progressos da inclusão financeira, quando destacou parcerias institucionais com esse objetivo.

Tanto os incentivos ao cooperativismo quanto a nova fronteira aberta no sistema de pagamentos com a modalidade de pagamentos móveis foram entrevistados pela ótica da inclusão financeira e pela procura de rebaixamento dos custos operacionais.

Foi claramente exposto que esses dois desafios devem ser perseguidos conjuntamente, uma vez que o barateamento do acesso aos serviços financeiros é hoje condição para o aprofundamento da inclusão social e financeira no Brasil.

[Clique aqui para ver o discurso do Presidente do Banco Central.](#)

DESTAQUES

ABBC - Nota de Crédito (Set./12)

O volume de crédito no sistema financeiro nacional totalizou R\$ 2,24 trilhões em setembro, equivalendo a 51,5% do PIB. Novamente, a participação das instituições públicas ampliou e os recursos provenientes do direcionamento apresentaram crescimento mais intenso do que o da parcela livre, a qual avançou em função das operações empresariais. As concessões acumularam um resultado inferior ao de agosto, porém com aumento da média diária, tanto nas pessoas físicas como nas jurídicas. Já os juros voltaram a cair, atingindo o mínimo histórico, enquanto o *spread* bruto finalizou entre os menores já registrados. Por fim, a evolução do prazo médio foi discreta e a inadimplência, estável na casa dos 5,9% da carteira, refletiu a manutenção do indicador relacionado aos consumidores e a redução daquele composto de crédito empresarial.

[Clique aqui para ler a Nota.](#)

Banco Central - Pesquisa de indicadores das condições de crédito

A pesquisa de indicadores de condições de crédito, feita com uma mostra de 46 instituições financeiras, permite identificar tendências no mercado de crédito. Em outubro de 2012 a pesquisa evidenciou que há a expectativa de melhora nas condições de crédito para todos os segmentos abordados, reflexo proveniente da aceleração, embora de pequena magnitude, da economia neste segundo trimestre, a qual reforça as expectativas de retomada para o ano de 2013. . Com base nos números disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, a Assessoria Econômica da ABBC faz alguns comentários.

[Clique aqui para ler o resumo.](#)

Inadimplência das empresas abrirá 2013 em queda

O indicador Perspectiva da Inadimplência das Empresas apontou queda de 1,5% em setembro de 2012 (ante agosto de 2012), alcançando o nível 94,2 (abaixo de 100, apresenta recuo), dando indícios de que em 2013 haverá uma maior tendência de queda. Já o indicador de Inadimplência do Consumidor recuou 0,8% em setembro (ante agosto), chegando ao nível de 97,4, reforçando a expectativa de normalização dos níveis de inadimplência. De acordo com os economistas da Serasa Experian, a presente conjuntura é favorável e reforça a retomada da atividade econômica.

[Clique aqui para ler na íntegra.](#)

DESTAQUES

Gestão integrada do balanço: uma visão atual

Gestão integrada do balanço pode ser entendida como um conjunto de processos e medidas que buscam fornecer um monitoramento contínuo do perfil do risco incorrido, da rentabilidade e da utilização de capital pelas instituições financeiras. Com isto, estas terão mais subsídios para a tomada de decisões estratégicas no que se refere à alocação de recursos que tenha um enfoque prospectivo com vistas a que a rentabilidade seja sustentável no longo prazo. Apesar das dificuldades, a distribuição mais eficiente do capital pelas diversas linhas de produto, propiciada pela adoção desta forma de gestão, deverá se traduzir em uma vantagem competitiva para as instituições.

Para debater a evolução do tema e a forma como os reguladores e o sistema financeiro têm enfrentado os desafios, a Comissão de Gestão de Riscos da ABBC convidou Claudio Paiva - Ph.D. em Matemática pela Johann Wolfgang Goethe- Universität e Sócio-Diretor da Analitix Soluções em Finanças.

[Clique aqui para ver a apresentação.](#)

Crédito ao consumidor vai crescer com mais vigor em 2013

O indicador Serasa Experian de Perspectiva do Crédito ao consumidor apontou, em setembro, aumento de 0,4%, ante agosto, acarretando a segunda alta mensal consecutiva após dez meses de quedas contínuas. Segundo os economistas, as condições de juros e a conjuntura favorável para o mercado de trabalho possibilitam aos consumidores reorganizarem suas finanças pessoais, como quitarem ou renegociarem suas dívidas, as quais foram refletidas nos níveis de inadimplência verificados no passado. Já o indicador relativo ao crédito empresarial obteve recuo de 0,2%, ante agosto. Apesar do recuo, o indicador ainda permanece acima do nível 100, indicando que as concessões de crédito às empresas deverão acompanhar a retomada gradual da atividade econômica nos próximos meses.

[Clique aqui para ler o relatório na íntegra.](#)

Basileia 3 pode derrubar liquidez de bônus

Fonte: Valor Econômico/ Financial Times/ Michael Stothard/ Michael MacKenzie – 28/11/2012

Os investidores que entraram na onda de compras de títulos de empresas podem descobrir que abandoná-los vai ser uma tarefa difícil, após mudanças na regulação terem tornado mais complicado vender os papéis... [+ Ler Mais](#)

Custo em queda estimula captação de dívida no mercado de capitais

Fonte: Valor Econômico/ Vinicius Pinheiro – 28/11/2012

A busca pela diversificação de investimentos provocada pela queda na taxa básica de juros derrubou o custo de captação das empresas brasileiras no mercado de capitais. Além do efeito natural da redução da Selic na dívida, o chamado prêmio de risco... [+ Ler Mais](#)

Bancos europeus pedem adiamento do Basileia III

Fonte: UOL Notícias – 27/11/2012

Os bancos europeus pediram ao comissário europeu responsável pelos serviços financeiros, Michel Barnier, que adie em um ano o início do calendário de aplicação do novo marco regulatório conhecido como Basileia III, depois de um adiamento por prazo indeterminado nos Estados Unidos... [+ Ler Mais](#)

Pequena empresa ganha acesso ao mercado de ações

Fonte: Valor Econômico/ Graziella Valenti – 23/11/2012

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) encontrou uma forma de facilitar a captação de recursos por empresas de pequeno e médio portes com a emissão de ações, sem alterar a legislação ou a regulamentação... [+ Ler Mais](#)

CVM proíbe venda a descoberto em ofertas

Fonte: Valor Econômico/ Ana Paula Ragazzi – 23/11/2012

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou ontem a Instrução 530 que proíbe a compra de ações nas ofertas públicas por investidores que tenham vendido a descoberto (sem tem os ativos) os papéis da mesma empresa na data da fixação do preço da distribuição e nos cinco pregões que a antecedem essa definição... [+ Ler Mais](#)

Conta de empregado não pode ser investigada

Fonte: Valor Econômico/ Adriana Aguiar – 22/11/2012

As instituições financeiras não podem acessar a conta bancária de seus funcionários sob o risco de serem condenadas por dano moral, mesmo que não divulguem os dados do empregado... [+ Ler Mais](#)

Tribunais de Justiça consideram válidos contratos de derivativos

Fonte: Valor Econômico/ Adriana Aguiar – 21/11/2012

A Justiça tem sido implacável ao considerar válidos os contratos de derivativos, vinculados à oscilação do dólar, firmados entre companhias e bancos no início da crise financeira mundial em 2008... [+ Ler Mais](#)

Sistema paralelo precisa de regras novas

Fonte: Valor Econômico/ Dow Jones Newswires – 20/11/2012

O Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, em inglês) publicou recomendações para novas regulações que restrinjam riscos apresentados no chamado de "shadow banking"... [+ Ler Mais](#)

Novas regras vão mudar dinâmica do crédito consignado

Fonte: Valor Econômico/ Felipe Marques/ Carolina Mandl – 21/11/2012

Os bancos vão começar 2013 preparando-se para uma nova realidade no crédito consignado, aquele empréstimo com desconto em folha de pagamento... [+ Ler Mais](#)

Bancos médios têm nova modalidade de captação

Fonte: O Estado de S. Paulo/ Leandro Modé – 19/11/2012

Os bancos BMG e Ficsa inauguram esta semana uma modalidade de captação de dinheiro que deve trazer alívio para instituições financeiras de pequeno e médio portes, abaladas por mais uma crise de confiança após a liquidação do Cruzeiro do Sul e a intervenção do Banco Central (BC) no BVA... [+ Ler Mais](#)

Em cartas ao Fed, bancos criticam Basileia 3

Fonte: Valor Econômico/ Financial Times/ Shahien Nasiripour – 16/11/2012

Grandes bancos americanos e de outros países estão reagindo contra as propostas dos Estados Unidos de implementação do acordo da Basileia 3, sob a alegação de que as medidas foram mal concebidas e vão prejudicar o setor, aumentando o risco sistêmico e limitando a disponibilidade de crédito... [+ Ler Mais](#)

IIF aponta deterioração de banco emergente

Fonte: Valor Econômico/ Assis Moreira – 14/11/2012

O Instituto Internacional de Finanças (IIF), que representa as maiores instituições financeiras do mundo, revelou um aumento da preocupação com a qualidade dos ativos de bancos das economias emergentes, em relatório enviado esta semana a seus sócios... [+ Ler Mais](#)

NOTÍCIAS

Os riscos de curto prazo e o ajuste desordenado de ativos

Fonte: Valor Econômico/ Roberta Costa/ Aline Oyamada – 12/11/2012

O Fundo Monetário Internacional (FMI), em relatório direcionado aos membros do G-20 que participaram da última reunião no México, alertou que pode haver uma correção grande e desordenada nos preços de ativos caso fatores de risco como o abismo fiscal nos Estados Unidos e no Japão e as reformas estruturais na zona do euro não forem mitigados... [+ Ler Mais](#)

China prepara projeto de reforma financeira

Fonte: Brasil Econômico – 12/11/2012

Reunidos no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), o comando da política do país prepara a aprovação de um projeto piloto de reforma financeira... [+ Ler Mais](#)

Regras para os conselhos serão prioridade, diz CVM

Fonte: Brasil Econômico – 08/11/2012

Determinações envolvendo Conselhos de Administração serão uma das prioridades para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), segundo o novo presidente da autarquia, Leonardo Pereira... [+ Ler Mais](#)

Factoring debaixo do BC

Fonte: Valor Econômico – 08/11/2012

As empresas não financeiras que atuam fazendo desconto de cheques e outros recebíveis, conhecidas como factorings, passarão a ser reguladas pelo Banco Central... [+ Ler Mais](#)

'Elevada liquidez externa pede medida prudencial'

Fonte: Valor Econômico/ Eduardo Campos – 07/11/2012

Um ambiente internacional de elevada liquidez pode justificar o uso de ferramentas não convencionais pelos formuladores de políticas nos mercados emergentes. Medidas macroprudenciais, incluindo depósitos compulsórios, controle de capitais, intervenção no mercado de câmbio e acumulação de reservas internacionais... [+ Ler Mais](#)

Só 8 países estão prontos para Basileia 3

Fonte: Valor Econômico/ Daniel Rittner – 06/11/2012

Quatro anos após a quebra do Lehman Brothers, a vigência de novas regras para dar mais proteção ao sistema financeiro mundial corre o risco de atrasar na maioria dos países do G-20, em desrespeito às promessas repetidas exaustivamente pelos líderes das principais economias do planeta... [+ Ler Mais](#)

Novas normas contábeis dão transparência e crédito

Fonte: Folha de S. Paulo/ Filipe Oliveira – 05/11/2012

Desde 2008, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS, do inglês) são o padrão de contabilidade oficial do Brasil... [+ Ler Mais](#)

G-20 quer controle maior de bancos para evitar quebra deira

Fonte: O Estado de S. Paulo/ Adriana Fernandes – 03/11/2012

O G-20 pode aprovar na reunião deste fim de semana, no México, um conjunto de regras para reforçar a vigilância das instituições financeiras com grande importância em cada país. A ideia é que os integrantes do grupo, que reúne as maiores economias do mundo, passem a exigir reforço de capital adicional dos bancos que são importantes nacionalmente e que poderiam colocar em risco o sistema financeiro da região em caso de liquidação... [+ Ler Mais](#)

Ferramenta de inclusão social e para dar créditos

Fonte: Brasil Econômico/ Flávia Furlan – 05/11/2012

A regulamentação que está sendo elaborada pelo Ministério das Comunicações e o Banco Central visa buscar um arcabouço regulatório que garanta aos investidores do setor privado que possam participar com tranquilidade do mercado de mobile payment no Brasil... [+ Ler Mais](#)

Franquias de crédito são novo mercado

Fonte: Valor Econômico/ Jacilio Saraiva – 31/10/2012

O mercado de franquias de crédito no Brasil ainda é pequeno e há oportunidades para novos investidores. Segundo Ricardo Camargo, diretor da Associação Brasileira de Franchising (ABF), o segmento representa menos de 1% do total das redes e 0,4% do volume de unidades franqueadas... [+ Ler Mais](#)

Anbima lança boas práticas de venda de produtos ao varejo

Fonte: Brasil Econômico/ Priscila Dadona – 30/10/2012

A partir do ano que vem, gestores de recursos como bancos e corretoras terão que seguir diversas exigências mínimas e boas práticas para distribuir produtos de investimento voltados para o varejo e clientes pessoa física de alta renda. É que entra em vigor o Código Anbima de Autoregulação e Melhores Práticas... [+ Ler Mais](#)

Corte volta a avaliar o spread bancário

Fonte: Valor Econômico/ Bárbara Pombo – 30/10/2012

Em recente julgamento, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) voltou a decidir que não há limite para o spread bancário. Para os ministros, apenas o Conselho Monetário Nacional (CMN) tem competência para limitar as taxas de juros dos contratos bancários... [+ Ler Mais](#)

STJ autoriza bancos a cobrar taxa de cadastro

Fonte: Valor Econômico/ Bárbara Pombo – 30/10/2012

Em meio à ofensiva do governo federal por reduções de tarifas, os bancos conseguiram uma importante vitória no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A 2ª Seção considerou legal a cobrança da taxa de cadastro, exigida pelas instituições para cobrir custos com pesquisa sobre a situação financeira do consumidor... [+ Ler Mais](#)

Lei do pagamento móvel vai ao Congresso

Fonte: Valor Econômico/ Mônica Izaguirre/ Sérgio Ruck Bueno/ Murilo Rodrigues Alves – 30/10/2012

O governo está prestes a anunciar a sua proposta de marco regulatório para os serviços de pagamento por meio de telefonia móvel - o chamado "mobile payment". A minuta do texto a ser encaminhado ao Congresso já está em análise na Casa Civil da Presidência da República, segundo anunciou ontem a o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo Silva... [+ Ler Mais](#)

Crédito disponível deverá dobrar até 2015, diz estudo

Fonte: Brasil Econômico/ Gustavo Machado – 30/10/2012

Com a estabilização da inadimplência, embora ainda esteja em patamares elevados, previsões sobre crédito no Brasil voltam para o campo positivo. O bom período que o país deve atravessar nos próximos anos, segundo economistas, deve balizar a expansão e maior qualidade dos recursos, que em contrapartida, devem estabilizar o crescimento... [+ Ler Mais](#)

Avanço lento da reforma financeira cria insegurança

Fonte: Valor Econômico – 30/10/2012

Na semana passada, a diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, chamou a atenção para a frágil situação do sistema financeiro global, mais especificamente para as reformas prometidas após a crise estourar... [+ Ler Mais](#)

Justiça amplia proteção a empresas em recuperação

Fonte: Valor Econômico/ Adriana Aguiar – 29/10/2012

Empresas em recuperação judicial, como a Madeireira Uliana, a Palitos Gina e os frigoríficos Mataboi e Frigol, conseguiram na Justiça aumentar o prazo de 180 dias, concedido por lei, para blindar as empresas da cobrança de credores, após a concessão da recuperação... [+ Ler Mais](#)

Depois de anos na casa dos 20%, rentabilidade de bancos cai

Fonte: AE Broadcast/ Aline Bronzati – 26/10/2012

O terceiro trimestre deste ano confirmou o que analistas do mercado financeiro já projetavam para o setor bancário: rentabilidades menores. Como reflexo do cenário de juros baixos e da desaceleração do crescimento do crédito, os grandes bancos privados apresentaram retorno abaixo da casa dos 20%... [+ Ler Mais](#)

CVM defende novo modelo para instituições financeiras

Fonte: Valor Econômico/ Luciana Bruno – 23/10/2012

O presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Otávio Yazbek, defendeu em entrevista ao Valor durante seminário organizado pela autarquia a adoção no Brasil do modelo de regulação australiano, o chamado "twin peaks"... [+ Ler Mais](#)

BC criará divisão para monitorar conduta de bancos

Fonte: Valor Econômico/ Sérgio Ruck Bueno/ Talita Moreira/ Filipe Pacheco – 23/10/2012

O Banco Central (BC) estrutura um novo departamento de "supervisão de conduta" do sistema financeiro nacional, segundo informou ontem o diretor de fiscalização, Anthero Meirelles em evento em Gramado, no Rio Grande do Sul... [+ Ler Mais](#)

VARIÁVEIS ECONÔMICAS

ATIVIDADE ECONÔMICA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Projeções	
							2012	2013
PIB (US\$ bi)	1.089	1.367	1.651	1.626	2.144	2.475	2.281	2.407
PIB (R\$ bi)	3.372	3.578	3.763	3.750	4.033	4.143	4.208	4.375
PIB (%)	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	1,6	4,0
PIB per Capita (R\$)	18.173	19.066	19.844	19.586	20.868	21.252	21.412	22.260
PIB per Capita (%)	2,7	4,9	4,1	-1,3	6,5	1,8	0,8	4,0

SETOR EXTERNO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Balança Comercial (US\$ bilhões)	46,5	40,0	24,8	25,3	20,1	29,8	19,2	15,5
Exportações (US\$ bilhões)	137,8	160,6	197,9	153,0	201,9	256,0	257,2	278,5
Importações (US\$ bilhões)	-91,4	-120,6	-173,1	-127,7	-181,8	-226,2	-238,0	-263,0
Saldo em Conta Corrente (US\$ bilhões)	13,6	1,6	-28,2	-24,3	-47,3	-52,6	-54,6	-65,0
Saldo em Conta Corrente (% PIB)	1,3	0,1	-1,7	-1,5	-2,2	-2,1	-2,4	-2,7
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	18,8	34,6	45,1	25,9	48,5	66,7	60,0	60,0
Investimento Estrangeiro Direto (% PIB)	1,7	2,5	2,7	1,6	2,3	2,7	2,6	2,5

SETOR PÚBLICO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	47,3	45,5	38,5	42,1	39,2	36,5	33,4	31,1
Resultado Primário (% PIB)	3,2	3,3	3,4	2,0	2,7	3,1	2,8	2,6
Resultado Nominal (% PIB)	-3,6	-2,8	-2,0	-3,3	-2,5	-2,6	-2,0	-1,5

INFLAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IPCA (%)	3,1	4,5	5,9	4,3	5,9	6,5	5,6	5,4
IGP-M (%)	3,8	7,8	9,8	-1,7	11,3	5,1	8,5	5,2
IGP-DI (%)	3,8	7,9	9,1	-1,4	11,3	5,0	8,5	5,2
IPC-Fipe (%)	2,5	4,4	6,2	3,6	6,4	5,8	4,8	4,9

CÂMBIO, JUROS & CRÉDITO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BRL/USD (Fechamento)	2,14	1,77	2,34	1,74	1,67	1,88	2,00	2,02
BRL/USD (Média)	2,18	1,95	1,84	1,99	1,76	1,67	1,95	2,02
SELIC (Fechamento) (%)	13,2	11,2	13,7	8,7	10,7	10,9	7,2	7,3
SELIC (Média) (%)	15,3	12,0	12,4	10,1	9,8	11,7	8,5	7,3
Crédito Total (%)	20,7	27,8	31,1	15,2	20,6	19,0	15,8	15,0
Crédito Com Recursos Direcionados (%)	15,2	17,5	29,4	29,1	28,3	22,8	19,7	19,0
Crédito Com Recursos Livres (%)	23,4	32,6	31,8	9,6	16,9	17,0	13,6	13,0

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Em 12 meses	Saldo (R\$ bilhões)
Crédito Total (%)	20,7	27,8	31,1	15,2	20,6	19,0	15,8	2.237
Crédito Com Recursos Direcionados (%)	15,2	17,5	29,4	29,1	28,3	22,8	19,4	814
Crédito Com Recursos Livres (%)	23,4	32,6	31,8	9,6	16,9	17,0	13,9	1.423
Recursos Livres-Pessoas Físicas (%)	24,8	33,4	24,2	19,2	19,2	16,3	12,8	703
Crédito Consignado (%)	51,9	34,3	22,0	36,8	28,1	14,9	16,5	181
Crédito Pessoal - Incluindo Consignado (%)	25,9	26,3	31,8	23,5	24,7	19,2	15,2	274
Veículos (%)	30,9	44,3	24,7	13,0	18,2	8,1	2,1	204
Recursos Livres-Pessoas Jurídicas (%)	22,2	31,8	38,9	1,6	14,7	17,7	15,1	720

**ABBC, cada vez
mais com você!**

ABBC

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS

Assessoria Econômica

assessoriaeconomica@abbc.org.br

Av. Paulista, 949 - 6º andar
Cerqueira César - CEP: 01311-100
São Paulo – SP

Telefone: (5511) 3288-1688

Fax: (5511) 3288-3390

www.abbc.org.br